

**EDcl no AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.447 - PE
(2019/0087032-6)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : CARLOS ANDRE LUNA DA SILVA
ADVOGADOS : SAMARA JULY DE LEMOS VITAL - PB017426
DANILO PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - PE038828
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO
REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*.
INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO NO
ACÓRDÃO EMBARGADO. REDISCUSSÃO DE MÉRITO.
INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver
ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art. 619
do Código de Processo Penal – CPP, pressupostos não caracterizados na
hipótese dos autos.

2. Assim, observa-se que o embargante pretende, em
verdade, a modificação do provimento anterior, com a rediscussão da
matéria, o que não se coaduna com a medida integrativa.

3. *"A contradição que autoriza a utilização dos
aclaratórios é aquela interna ao próprio voto e não em relação a fatos
externos, normas ou entendimentos proferidos em outras decisões. Dessa
forma, eventual contradição do entendimento assentado no voto
embargado, em relação a decisões desta Corte ou mesmo do Supremo
Tribunal Federal, não autoriza a oposição de aclaratórios, devendo ser
manejado o recurso próprio"* (EDcl no RHC 87.061/SC, Rel. Ministro
REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe
21/9/2018).

4. Embargos declaratórios rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,
acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade,
rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado
do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator